

**Sr. Subsecretário-Adjunto da SUBLIC,**

Trata o presente processo dos procedimentos necessários visando à **aquisição de kits institucionais**, mediante contratação direta por dispensa eletrônica, conforme especificações e quantidades estabelecidas no Termo de Referência, conforme especificações e quantidades estabelecidas no Termo de Referência, tendo como base a **Lei nº 14.133/21**.

Em 09.04.24, o **Núcleo de Pesquisa de Preços – NPP/CLC**, após análise realizada pela Coordenadoria de Licitações e Contratos – CLC, à peças nº 1 e 23, dos artefatos que subsidiam a contratação direta em tela, bem como das justificativas apresentadas pela CCO/DRC, à peça nº 24, informa que a referida contratação será realizada através de **dispensa eletrônica de licitação em virtude do valor**, com base no inciso I do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, pelo critério de julgamento de **MENOR PREÇO POR ITEM**, conforme minuta do **Aviso de Dispensa Eletrônica nº 07/24 de peça nº 17**, e seguiu o rito apresentado na **Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021**, na forma prevista no art. 187 da NLLC.

A **pesquisa de preços** foi realizada nos termos do § 1º e inc. III do art. 5º da Instrução Normativa nº 65/2021<sup>1</sup> e da Súmula TCE-RJ nº 02/2018,

---

<sup>1</sup> Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;

IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; ou

utilizando, para tanto, como parâmetros, os valores obtidos a partir de critérios estatísticos distintos, além das planilhas que demonstram o processo de formação, dos saneamentos e da estimativa orçamentária (peças nºs 13 a 16), alcançando o preço global estimado de **R\$ 27.590,00**, detalhado no Mapa de Cotação de peça nº 12 (Anexo 9) e no quadro constante no item 1.2 do Aviso de Dispensa Eletrônica de peça nº 17 (Anexo 14).

Desta forma, em atendimento ao disposto no § 3º do art. 75 da Lei nº 14.133/21,<sup>2</sup> a CLC efetivou a publicação do **Aviso de Dispensa Eletrônica nº 07/2024**, no sistema Compras.gov, no PNCP e no portal do TCE-RJ, realizando, regularmente, a **etapa de lances e as fases de julgamento das propostas de preços e de habilitação**, conforme comprovam documentos juntados às peças nºs 34 a 41.

Sendo assim, a empresa **Gritz Comércio de Brindes e Embalagens Eireli - ME**, CNPJ nº 31.778.147/0001-30, **arrematou os 2 (dois) itens disputados** pelo preço global de **R\$ 17.000,00**, conforme Relatório de Seleção de Fornecedores do Compras.gov.br de peça nº 40 e proposta readequada de peça nº 36.

Após a **manifestação positiva da instância técnica** (Diretoria-Geral de Relações Institucionais e Comunicação), à peça nº 37<sup>3</sup>, quanto à aceitação da melhor proposta apresentada na etapa de julgamento pela empresa supracitada, que teve a amostra apresentada aprovada, nos termos do item 7.1<sup>4</sup> do termo de

---

*V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.*

*§ 1º Deverão ser priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II, devendo, em caso de impossibilidade, apresentar justificativa nos autos. 10/02/20*

<sup>2</sup> Em suas anotações sobre esses detalhes da dispensa, Nyura Disconzi da SILVA acrescenta que: "(...) o §3º do art. 75 da Lei 14.133/2021 estabelece que as contratações diretas pelo valor devem, preferencialmente, ter aviso divulgado em sítio eletrônico oficial pelo prazo mínimo de 3 dias úteis, de forma a convocar os particulares que atuam no ramo do objeto a apresentar propostas, o que se entende salutar, dado que com isso se confere publicidade aos atos e evita-se abusos ou desvios. Acresce, ademais, que deve ser selecionada a proposta mais vantajosa, o que se constitui, aliás, em obrigação do administrador." (SILVA, Nyura Disconzi da. "A dispensa pelo valor na Lei 14.133/2021". Portal JML, 2022. Acesso em: 03.06.23. Disponível em: [https://portal.jmlgrupo.com.br/pagina.php?area=coluna-juridica&acao=download&dp\\_id=240.](https://portal.jmlgrupo.com.br/pagina.php?area=coluna-juridica&acao=download&dp_id=240.))

<sup>3</sup> "Sim, a amostra está aprovada."

<sup>4</sup> "7.1 - Exigência de amostra"

referência, a **CLC atestou a compatibilidade formal dos preços unitários ofertados com os parâmetros referenciais previstos nos documentos de peças nºs 12 a 16.**

Ademais, a **documentação exigida para habilitação**, prevista no item 6 do aviso de dispensa, **encontra-se regular**, conforme comprovantes de peças nºs 41 e 46.

Após as manifestações positivas das instâncias técnicas, quais sejam, CLC e DRC, às peças nºs 42 e 37, respectivamente, o feito foi encaminhado à d. **Procuradoria-Geral do Tribunal – PGT**, que, em observância ao disposto nos artigos 53, § 4º, e 72, inc. III, da Lei nº 14.133/21, **se manifestou de forma favorável ao prosseguimento da presente contratação direta**, conforme excerto abaixo:

*“Após a realização do procedimento, com a devida publicidade no PNCP (peça nº 35) e no sítio oficial do TCE-RJ (peça nº 34), em estrita observância ao preconizado no inciso III do §2º do art. 174, bem como ao §3º do art. 75, ambos da Lei nº 14.133/2021, chegou-se ao resultado mencionado na peça nº 42, com a obtenção do preço global a ser pactuado de R\$ 17.000,00.*

*Concluindo o exame prévio de legalidade a que se refere o §4º do art. 53 da Lei nº 14.133/2021, **entendemos que a presente contratação direta transcorreu de forma legal**, nos termos do inciso II do art. 75 da mesma lei, **podendo destarte haver a adjudicação do objeto e a homologação do resultado**, nos termos do inciso IV do seu art. 71 da Lei, recomendando-se*

---

*a) A empresa classificada em primeiro lugar poderá ser instada pelo TCE-RJ a apresentar amostra do produto ofertado, para verificação de sua compatibilidade com a especificação do objeto, no prazo máximo de 5 dias úteis contados a partir da sua notificação, prorrogáveis, a critério do TCE-RJ. b) Será de responsabilidade das licitantes o custo do envio ao TCE-RJ das amostras para a avaliação e aprovação pelo setor competente. Da mesma forma, as licitantes se responsabilizam pela retirada das amostras avaliadas e reprovadas e seu respectivo custo. c) A amostra aprovada permanecerá em poder da DRC do TCE-RJ até o término da entrega de todo o material da contratação, com vistas a avaliar se o material entregue confere com o aprovado, podendo, logo após a realização de toda a entrega, ser retirada a amostra no TCE-RJ. d) A amostra será analisada por representante da DRC do TCE-RJ, que verificará sua adequação aos parâmetros exigidos. e) A proposta da empresa será desclassificada no caso de a amostra ser reprovada, devendo a mesma ser notificada, para ciência do laudo e retirada da amostra respectiva f) A desclassificação da proposta, na forma prevista no subitem anterior, acarretará o consequente chamamento do segundo colocado, no item correspondente. g) É solicitada a amostra para que possamos avaliar a qualidade do produto.”*

*a observância da preferência de pagamento por meio de cartão de pagamento, com extrato deve ser divulgado e mantido à disposição do público no PNCP, na forma do §4º do seu art. 75.” (grifei)*

Com isso, o procedimento foi **adjudicado e homologado**, em 07.06.24, no sistema Compras.gov, conforme **Relatório da Dispensa Eletrônica nº 90007/2024**, anexado nos autos nesta data.

Ressalte-se que a CLC apresentou a seguinte justificativa pelo não cumprimento do prazo previsto na Tabela IV do Ato Normativo nº 249/23 para análise da melhor proposta:

*“Registro por oportuno, que tendo em vista a solicitação de amostra pelo setor demandante, objetivando a classificação da empresa Gritz Comércio de Brindes e Embalagens Eireli - ME que ofertou o menor preço, o que ocorreu em duas etapas, e considerando que a mesma fica situada em Ribeirão Preto, São Paulo, não foi possível o cumprimento dos prazos estabelecidos no Ato Normativo nº 249 de 5 de dezembro de 2023.”*

Em face do exposto, comprovada a necessidade da despesa, cumpridas as formalidades legais e emitido o parecer favorável da Procuradoria-Geral deste TCE-RJ, em observância ao disposto nos artigos 53, § 4º, 72, inc. III, e ,174, §2º, inc. III, da Lei nº 14.133/2021, e tendo sido adjudicado e homologado o procedimento de contratação direta do objeto no sistema Compras.gov, encaminho o presente para análise e deliberação, com vistas à autorização da despesa por dispensa de licitação, com fulcro no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista a delegação de competência prevista no Ato Executivo nº 25.541/23, para que seja solicitado à CPG as medidas necessárias à emissão de empenho, em favor da empresa vencedora, nos termos da Proposta Comercial apresentada ao final da disputa de peça nº 36.

Tiago Junger  
Assessor  
Matrícula 02/4757

**À Coordenadoria de Planejamento Gerencial e Execução Orçamentária  
– CPG,**

Em consonância com o estabelecido no art. 42 da Lei Complementar Federal nº 101/200 (Lei de Responsabilidade Fiscal)<sup>5</sup>, considerando tratar-se de nova contratação, ao avaliar o enquadramento da despesa em tela quanto aos requisitos de pré-existência, continuidade e essencialidade, declaro tal despesa como: **DESPESA NÃO TIPIFICADA.**

Com efeito, manifestando-me de acordo com a proposta formulada pela Assessoria desta SUBLIC, em face da delegação de competência prevista no Ato Executivo nº 25.541/23, bem como do disposto no art. 72, inc. IV, da Lei nº 14.133/21, **AUTORIZO** a despesa por dispensa de licitação, *ex vi* do inc. I do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, com a emissão de empenho em favor da empresa Gritz Comércio de Brindes e Embalagens Eireli - ME, CNPJ nº 31.778.147/0001 -30, no valor de R\$ 17.000,00 (dezesete mil reais), à conta do presente exercício financeiro. Em prosseguimento, os autos deverão seguir para à DRC, para providências cabíveis, na linha do disposto no tem 10 do Termo de Referência.

Fornecedor	CNPJ	Itens arrematados	Preço Global por Fornecedor
Gritz Comércio de Brindes e Embalagens Eireli - ME	31.778.147/0001 -30	Itens 1 e 2	R\$ 17.000,00

**Luiz Carlos de Jesus Silva**  
**SUBSECRETÁRIO-ADJUNTO**  
**Matrícula 02/4265**

<sup>5</sup> Art. 42. É vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito. (Vide Lei Complementar nº 178, de 2021) (Vigência)